

# Empresas do país evitam contratar refugiados

Pesquisa mostra que há desinformação e preconceito entre recrutadores. A maioria ignora que o estrangeiro já pode trabalhar regularmente assim que pede refúgio ao Brasil

Ricardo Westin

PARA OS REFUGIADOS, ser contratado por uma empresa brasileira é particularmente difícil. Uma pesquisa feita neste ano pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) mostra que 20% dos estrangeiros refugiados no Brasil vêm procurando trabalho, mas sem sucesso. Trata-se quase do dobro da taxa nacional de desemprego, que é de 12% da população economicamente ativa.

Em certas situações, a dificuldade para os refugiados entrarem no mercado de trabalho é até compreensível. Como muitas vagas são preenchidas por indicação, eles acabam ficando em desvantagem por terem uma rede de contatos pequena no Brasil. A falta de domínio do português aparece como um entrave adicional no caso dos recém-chegados.

Há motivos, contudo, que não são compreensíveis. Com frequência, é por pura falta de informação que as empresas descartam logo de cara o currículo dos refugiados. Muitos empresários pensam que o processo de contratação de estrangeiros é mais complexo, burocrático e demorado do que o de um brasileiro. Outros empregadores supõem que seja ilegal admitir refugiados e que, fazendo isso, serão multados pelo Ministério do Trabalho ou até presos pela Polícia Federal.

Nada disso é verdade. A contratação de refugiados é perfeitamente legal e segue as mesmas regras para a admissão de brasileiros, sem implicar nenhum ônus ou encargo extra para o empregador.

Esclarecer as empresas é urgente. Até pouco tempo atrás, os refugiados eram um tema estranho aos brasileiros, restrito ao noticiário internacional, mas eles vêm se transformando numa questão cada vez mais doméstica. Em 2010, o Ministério da Justiça recebeu menos de mil solicitações de refúgio. No ano passado, 80

mil. Foi o recorde histórico. Por causa desse volume, o Brasil se tornou o sexto país ao qual estrangeiros mais recorreram em busca de proteção. A maior procura foi de venezuelanos, fugidos da crise política, econômica e social de seu país.

As crenças equivocadas das empresas foram reveladas por um estudo conduzido pelo professor Leandro de Carvalho, do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade de Brasília (UnB). Ele ouviu 400 recrutadores de firmas de todos os portes localizadas na região metropolitana de São Paulo.

Ex-funcionário de uma ONG que presta assistência a refugiados, Carvalho decidiu mergulhar na questão após constatar que, por mais que tenham aulas de português, passem por cursos de capacitação e revalidem seus diplomas, eles raramente conseguem ser aprovados nos processos seletivos das empresas.

— Ainda que o refugiado seja capacitado, o determinante para o recrutador não é o currículo que está na sua mão ou o próprio candidato que está na sua frente, mas, sim, a informação, quase sempre equivocada, que ele tem a respeito do processo de contratação. Isso faz com que o refugiado não concorra com o brasileiro em condições de igualdade — afirma.

## Carga negativa

O refugiado é um tipo específico de imigrante. Ele fugiu de seu país para sobreviver. Para que o Brasil conceda o refúgio, o estrangeiro precisa provar que, caso permanecesse lá, seria vítima de perseguição (por motivo racial, religioso ou político), teria seus direitos humanos violados ou poderia morrer num conflito armado. Assim que pede refúgio, o imigrante ganha a proteção do governo brasileiro e não pode ser devolvido para o seu país.

Tanto o refugiado quanto o solicitante de refúgio se encon-

## Os contratadores brasileiros e os refugiados

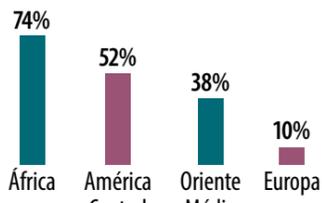
Pesquisa feita com 400 profissionais de recursos humanos da Grande São Paulo em 2017

### Falta de informação

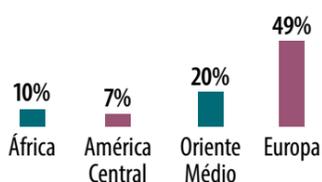


### Preconceitos

Você acredita que a força física é uma característica dos trabalhadores dessas regiões?

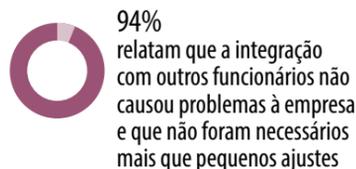


Você acredita que os trabalhadores dessas regiões têm capacidade de liderança?



### Boas experiências

Dos recrutadores entrevistados, apenas 18% já acompanharam a contratação de um refugiado. Como avaliam a experiência:



Fonte: Leandro de Carvalho/UnB

tram em situação regular no Brasil e, dessa forma, podem trabalhar. Entre os documentos que o estrangeiro recebe logo que pede refúgio, está justamente a carteira de trabalho.

Por ser uma realidade nova no Brasil, muita gente ainda não sabe o que significa ser refugiado. Uma certa carga negativa pesa sobre essa palavra, que pode remeter aos latino-americanos que tentam cruzar a fronteira dos EUA ilegalmente, aos bolivianos que são explorados em confecções clandestinas de São Paulo e até mesmo a criminosos fugitivos internacionais. Talvez sejam essas associações que levem empresários a temer o Ministério do Trabalho e a Polícia Federal.

— O estereótipo engana. Na realidade, os refugiados são gente como a gente. Entre eles, há pessoas com todos os níveis sociais, de escolaridade e de qualificação profissional. O que houve foi que, por força de guerra ou crise, foram forçados a deixar sua terra e a recomeçar a vida em outro país — explica o oficial de Meios de Vida do Acnur, Paulo Sérgio de Almeida.

A mesma pesquisa do Acnur que apontou o elevado índice de desemprego entre os refugiados também mostrou que,

ao contrário do que se pode imaginar, a escolaridade deles é mais alta do que a média nacional. Segundo o estudo, 34% dos refugiados que moram no país têm ensino superior. Entre os brasileiros, o índice é de 17%.

Quando o mercado de trabalho não enxerga os refugiados adequadamente, ou eles ficam desempregados, ou se sujeitam a empregos formais aquém da sua qualificação ou ainda a serviços informais nos quais ficam expostos a todo tipo de exploração.

Um dos trabalhos que a ONG Compassiva, de São Paulo, faz é auxiliar os refugiados a revalidarem seus diplomas. Em agosto, a equipe jurídica da Compassiva organizou um mutirão voltado para os venezuelanos e, em apenas dois dias, montou 62 processos e os remeteu às universidades. A ONG já ajudou a revalidar diplomas de refugiados de países como Síria, Nigéria e Moçambique.

Atualmente, o senador Flávio Arns (Rede-PR) prepara um projeto de lei que isenta os refugiados das taxas cobradas pelas universidades para revalidar diplomas.

— Ao facilitar o processo de revalidação de diplomas, permitiremos o trabalho de

indivíduos que muito têm a contribuir para o desenvolvimento do país — explica.

No início deste mês, Arns conduziu uma audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH) em que se discutiram as dificuldades enfrentadas pelos imigrantes no Brasil. O debate foi realizado a pedido do senador Paulo Paim (PT-RS).

— O Brasil precisa criar uma política de emprego para os refugiados — afirma Paim. — E não se trata apenas de uma questão humanitária. Quando entram no mercado, eles passam a pagar suas contribuições, tornam-se consumidores, estimulam a produção local. Isso fortalece a nossa economia.

O Ministério da Justiça diz que atua na inclusão dos refugiados participando de eventos de federações empresariais que buscam sensibilizar o setor produtivo a contratá-los.

## Ganhos culturais

Em Brasília, a rede de *fast food* Tomatzo empregou há dois meses um refugiado haitiano como auxiliar de cozinha. O diretor de Comunicação da empresa, Marcus Vinícios de Oliveira Santos, afirma:

— Já podemos ver que ele tem mais motivação e força de vontade do que costumamos ver nos colaboradores brasileiros. Por ter enfrentado tanta dificuldade para chegar aqui e querer muito construir uma vida nova no Brasil, ele abraçou essa oportunidade com força. O colaborador novo acabou motivando toda a equipe.

Os ganhos com contratações desse tipo vão além. Os próprios clientes acabam se beneficiando, segundo André Neiva Tavares, sócio da padaria Castália, também em Brasília. Ele contratou um casal de venezuelanos — ele como padeiro e ela como atendente.

— O estrangeiro naturalmente desperta a curiosidade. Todos querem saber de onde é, por que veio, como é o seu país. Como ainda somos um país fechado, com pouco contato inclusive com os países vizinhos, ele acaba trazendo um ganho cultural imenso para os clientes e os demais funcionários. Quando ouvimos suas histórias, começamos a desfazer uma série de preconceitos e a entender melhor o mundo.

### Saiba Mais

Veja depoimento de venezuelana contratada em padaria no DF: <http://bit.ly/falaVenezuelana>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em [www.senado.leg.br/especialcidadania](http://www.senado.leg.br/especialcidadania)



A venezuelana Luz Karina Alcalá é atendente numa padaria em Brasília